

OBRAS DE EXTENSÃO DA LINHA 4 – AMARELA DO METRÔ DE SÃO PAULO (ESTAÇÕES VILA SÔNIA E TABOÃO DA SERRA)

ViaQuatro

Extensão Linha 4 - Amarela (Vila Sônia e Taboão da Serra)

**Avaliação Social
Vulneráveis**

Agosto de 2025

1 Sumário

Lista de Siglas.....	3
Lista de Figuras e Imagens	4
Apresentação.....	5
Introdução.....	7
Breve Caracterização do Empreendimento	9
Definição das Áreas de Influência	11
Antecedentes (resultados já obtidos)	12
Grupos mais vulneráveis.....	14
Metodologia	16
Resultados.....	18
Conclusões e Recomendações.....	21

2 Lista de Siglas

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CATE – Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ESAP – sigla em inglês para Environmental and Social Action Plan (Plano de Ação Ambiental e Social)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

OMS – Organização Mundial da Saúde

PAR – Plano de Ação de Reassentamento

RAP – Relatório Ambiental Preliminar

SAS – Supervisão de Assistência Social

SAICA – Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

SEAS – Serviço Especializado em Abordagem Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

3 Lista de Figuras e Imagens

Figura 1: Localização da Extensão da Linha 4 – Amarela de metrô – com detalhes do limite dos municípios de São Paulo e Taboão da Serra (p. 10)

Figura 2: Representação cartográfica do IPVS do município de São Paulo, com destaque para parte da região onde a extensão da Linha 4 do Metrô será implantada (p. 15)

Figura 3: Representação cartográfica do IPVS do município de Taboão da Serra (p. 16)

Figura 4: Imagem do Google Maps, com indicação dos equipamentos contemplados na pesquisa (p. 18)

Registro Fotográfico (p. 19)

Imagem 1: Comunidade Jaqueline, mencionada durante as entrevistas, localizada próxima à UBS Jardim Jaqueline (p. 21)

4 Apresentação

A presente avaliação, elaborada no âmbito dos estudos socioambientais desenvolvidos para identificação dos impactos decorrentes do planejamento, instalação e operação da extensão da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo (e proposição das suas respectivas medidas de mitigação e gestão), tem como objetivo aprofundar as análises referentes aos grupos vulneráveis e/ou mais desfavorecidos nos territórios mais diretamente afetados pelas atividades do projeto. Tal esforço está em alinhamento com a política ambiental e social do Grupo Banco Mundial, que dispensa uma atenção especial às populações mais vulneráveis que podem ser afetadas de maneira desproporcional ou que podem encontrar obstáculos para usufruir dos benefícios decorrentes das atividades dos projetos financiados.

Para fins das exigências concernentes à obtenção das licenças ambientais necessárias, já foi desenvolvido um *Relatório Ambiental Preliminar (RAP)*, no qual foram apresentadas informações e análises sobre o contexto socioeconômico pertinente. Em complementação ao estudo mencionado, elaborou-se um *Relatório de Percepção Ambiental*, que contou com a contribuição de dados provenientes da *Análise de Acessibilidade para a Extensão da Linha 4 até Taboão da Serra*, desenvolvida pelo Banco Mundial.

No entanto, um Plano de Ação Ambiental e Social (ESAP, na sigla em inglês para *Environmental and Social Action Plan*) foi pactuado entre a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) e o Banco Mundial no qual, a partir da avaliação das equipes técnicas para os temas sociais do Banco Mundial, incluiu-se um requisito para identificar indivíduos e grupos que podem ser direta e/ou desproporcionalmente afetados pelo projeto devido a sua condição de desvantagem ou vulnerabilidade – enfatizando ainda que, quando for verificada a presença desses indivíduos ou grupos, o cliente deverá propor e implementar medidas diferenciadas para que os impactos adversos não recaiam desproporcionalmente sobre eles e para que eles não sejam prejudicados no compartilhamento de benefícios e oportunidades proporcionadas pelo projeto.

No atual estágio de evolução dos compromissos de gestão socioambiental, as medidas até então definidas foram consolidadas no Plano Básico Ambiental, que atende grande parte dos requisitos concernentes aos aspectos sociais exigidos pelo Banco Mundial – observados especialmente nos programas como o Programa de Gerenciamento de Riscos e Ação em Situações de Emergência, o Programa de Controle de Tráfego, o Programa de Desapropriação e Acompanhamento da População, Programa de Apoio ao Comércio Local, Programa de Capacitação da Mão de Obra Local, Programa de Mobilização e Desmobilização da Mão de Obra e o Programa de Comunicação Social. A fim, no entanto, de atender integralmente a estes requisitos, e em complementação aos programas já elaborados, deverá ser desenvolvidos ainda um Plano Comunicação Social e Engajamento com Partes Interessadas, em alinhamento com os Padrões de Desempenho (IFC). Nesse mesmo contexto, um Plano de Ação de Reassentamento (PAR)¹ também foi adicionalmente preparado – este último para que os temas de desapropriação e reassentamento involuntário atendam ao Quadro Ambiental e Social (BIRD), mais especificamente à sua Norma Ambiental e Social 5.

¹ O PAR foi redigido simultaneamente ao presente documento, apoiando-se nos achados desta análise e levando, portanto, em consideração as condições de vulnerabilidade para determinar medidas adicionais a serem adotadas no caso de desapropriações e reassentamento involuntário desses grupos. Adiante serão apresentados mais detalhes sobre como essas medidas ficaram refletidas no PAR.

Os achados e análises do presente estudo, portanto, terão como objetivos orientar ações específicas e/ou adicionais para o atendimento e para o relacionamento junto à população mais vulnerável ou desfavorecida identificada – ações essas que deverão ser consideradas e incorporadas aos instrumentos de gestão social acima mencionados, assim como implementadas nas práticas, rotinas e atividades que serão desempenhadas pelas equipes de gestão ambiental e social que atuarão no projeto.

5 Introdução

Desenvolvida para atender ao compromisso pactuado com o Banco Mundial no âmbito do *ESAP*, esta avaliação tem como foco o aprofundamento do olhar voltado para as pessoas e grupos mais vulneráveis e/ou desfavorecidos que possam ser diretamente e de forma diferenciada ou desproporcionalmente afetados pelo projeto devido à sua condição de desvantagem ou vulnerabilidade. Concebido, dessa forma, como uma complementação aos diagnósticos socioeconômicos e à identificação de impactos sociais previamente desenvolvidos, alguns dos resultados já obtidos que possam ser relevantes serão levados em conta (e recuperados) – assim como as informações mais gerais sobre a caracterização do empreendimento e as áreas de influência definidas nesses estudos.

Apesar do reconhecimento do alcance da caracterização socioeconômica apresentada, algumas lacunas foram identificadas na análise dos resultados. A principal limitação refere-se justamente à ausência de um foco nos grupos vulneráveis e menos desfavorecidos. Em primeiro lugar, tem-se como premissa a necessidade de que, em atendimento aos requisitos do Grupo Banco Mundial, seja utilizada a definição preconizada na política do Banco. Para este caso, a referência utilizada para identificação dos grupos e ou pessoas vulneráveis deve estar alinhada à política do IFC, detalhada em seus Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental. De acordo com o Padrão de Desempenho 1 – Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais, a situação de vulnerabilidade não se resume, por exemplo, a aspectos econômicos, sendo definida por um contexto mais amplo e multifacetado:

[a] situação desfavorável ou vulnerável poderá decorrer da etnia, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou outra característica de uma pessoa ou grupo. O cliente deve considerar também fatores como sexo, idade, etnia, cultura, grau de instrução, doença, deficiência física ou mental, pobreza ou desvantagem econômica e dependência de recursos naturais únicos (p. 5, nota de rodapé 18).

Portanto, é fundamental que, ao identificar e avaliar a população que pode ser desproporcionalmente afetada negativamente (ou beneficiada) pelas atividades do projeto, tal definição seja tomada como parâmetro.

Com relação ao RAP, a principal fonte utilizada para a identificação e caracterização dos grupos mais vulneráveis com relação ao projeto foi o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). O IPVS é um instrumento desenvolvido para classificar setores censitários do Estado de São Paulo segundo diferentes níveis de vulnerabilidade socioeconômica e demográfica. O IPVS utiliza dados do Censo Demográfico para identificar áreas com maior ou menor exposição a fatores de risco social, considerando aspectos como renda, escolaridade, estrutura familiar, condições habitacionais e acesso a serviços públicos. Essa classificação é fundamental para orientar políticas públicas e intervenções sociais, especialmente em regiões urbanas marcadas por desigualdades. Não houve, contudo, um detalhamento sobre presença ou ausência desses grupos nos entornos imediatos aos futuros locais de obras e operação das novas estações, uma vez que o índice resulta de informações agregadas, que podem levar a uma invisibilização de alguns tipos de vulnerabilidades – logo, não puderam ser avançadas de maneira específica possíveis medidas adicionais para lidar com esse público.

Por consequência, não havia, por exemplo, uma orientação articulada para atenção aos grupos mais vulneráveis (levando-se em conta a definição acima mencionada) Programa de Comunicação Social, que integra o Plano Básico Ambiental. Já estavam previstas ações para acompanhamento da população em situação de rua na área diretamente afetada pelas obras. Apesar de ser um tema que, de fato, exige atenção, esse grupo não é, porém, tão representativo no território, como será demonstrado adiante. Logo, uma identificação mais cuidadosa neste momento pode ajudar a definir com mais precisão as condições de vulnerabilidades mais recorrentes nas áreas afetadas, assim como as medidas mais adequadas a serem adicionalmente adotadas para o relacionamento com esses grupos – inclusive no âmbito das ações de engajamento e comunicação. Tais ajustes serão apresentados no Plano Comunicação Social e Engajamento com Partes Interessas consolidado.

Do mesmo modo, para as situações que exigirão desapropriações e reassentamentos involuntários, já haviam sido desenvolvidos programas específicos ao tema no PBA, tais quais o Programa de Desapropriação e Acompanhamento da População (PDAP) e o Programa de Apoio ao Comércio Local (PACL). Assim como indicado para o Programa de Comunicação Social, com base nas avaliações das equipes do Banco Mundial e para atendimento aos requisitos de sua política, foi determinada a necessidade de elaboração de um PAR, no qual medidas complementares foram acrescentadas aos compromissos previstos no PBA.

No caso do PAR, que baseou-se nos requisitos da Norma Ambiental e Social 5 – Aquisição de Terras, Restrições ao Uso de Terras e Reassentamento Involuntário do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial, já foi considerada a previsão de atendimento diferenciado para os grupos mais vulneráveis e desfavorecidos. No âmbito do arranjo de implementação conformado, cabe ao Estado, diretamente, ou por meio de terceiros, como a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), adotar ações e medidas necessárias ao reassentamento de eventual população vulnerável. A caracterização desses grupos é realizada a partir de critérios diversos, abrangendo pessoas com deficiência, idosos que vivem sozinhos, chefes de família desempregados ou em condições adversas, mulheres em situação de vulnerabilidade, micro e pequenas empresas, escolas, proprietários cuja renda depende exclusivamente de aluguel, e famílias em extrema pobreza. Embora o regulamento do Metrô/SP não tenha classificado nenhum cadastrado como vulnerável de forma cumulativa, o PAR considera como “desproporcionalmente prejudicados” aqueles que se enquadram em critérios complementares, prevendo atendimento integral a esses grupos. Dentre as ações descritas no PAR para atendimento diferenciado a esses grupos, inclui-se a (i) instalação e acompanhamento do canal de queixas; (ii) plantão de dúvidas; (iii) proposição e implementação das ações de compensação às perdas financeiras; (iv) acompanhamento social; e (v) elaboração de relatórios de acompanhamento.

A implantação da extensão da Linha 4 – Amarela pode gerar impactos desproporcionais a populações mais vulneráveis, como insegurança e ansiedade diante das mudanças, perda de vínculos sociais e desarticulação familiar devido à desapropriação, prejuízos econômicos para estabelecimentos comerciais e riscos à saúde e segurança decorrentes das obras. Apesar desses desafios, o projeto prevê benefícios relevantes, como aumento da acessibilidade e mobilidade urbana, melhoria das condições de vida pós-reassentamento, potencial valorização imobiliária, geração de empregos e qualificação urbanística do entorno das estações. Contudo, as análises indicam que os maiores ganhos tendem a ser apropriados por grupos de renda mais alta, embora haja avanços para outros segmentos. Portanto, para garantir que a mitigação dos impactos negativos e promoção da inclusão alcancem também os grupos mais vulneráveis, é essencial que uma caracterização mais aprofundada seja conduzida nesta etapa prévia ao começo das obras.

5.1 Breve Caracterização do Empreendimento

A extensão da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo abrange o trecho entre a Vila Sônia e Taboão da Serra. Visa, principalmente, aumentar a acessibilidade e mobilidade urbana na metrópole, reduzir os tempos de deslocamento, e diminuir as emissões de poluentes e os acidentes, melhorando a qualidade de vida da população. O município de Taboão da Serra, um dos mais populosos de São Paulo, apresenta um intenso deslocamento pendular de sua população para a capital, o que sobrecarrega as vias e gera congestionamentos, justificando a necessidade desta extensão. Um estudo de demanda de 2014 indicou que a extensão da linha para o Largo do Taboão aumentaria a demanda total da Linha 4 de 856 mil para 953 mil passageiros/dia, beneficiando quase 100 mil passageiros adicionais diariamente.

O traçado da extensão da Linha 4 – Amarela será subterrâneo, seguindo o eixo principal da Avenida Professor Francisco Morato e da Rodovia Régis Bittencourt. As estruturas do empreendimento incluem duas estações e três poços de ventilação e saída de emergência (VSEs), além de uma subestação elétrica (**Figura 1 – Localização da Extensão da Linha 4 – Amarela de metrô**).

As futuras estações são:

- Estação Chácara do Jockey: será localizada na Avenida Francisco Morato, em frente ao Parque Chácara do Jockey, no distrito da Vila Sônia, em São Paulo. O projeto prevê alargar a rua para adicionar uma faixa de rolagem e aumentar as calçadas, além de baias de parada de ônibus para facilitar a integração. A estação terá uma galeria de comércio e serviços com quatro pavimentos, com previsão de gerar emprego e renda.
- Estação Taboão da Serra: estará situada no município de Taboão da Serra, na quadra delimitada pelas ruas do Tesouro, Pedro Mari, Avenida Armando de Andrade e Avenida Jovina de Carvalho Dau. A sua localização, cerca de 800 metros adiante na Rodovia Régis Bittencourt, fica fora da faixa de domínio da rodovia, afastada de interferências significativas e de áreas com histórico de enchentes, e exige um menor número de desapropriações. Esta estação será adjacente à futura sede da Prefeitura Municipal de Taboão da Serra e próxima a equipamentos sociais como a Unidade Básica de Saúde (UBS) Dra. Maria José de Albuquerque e a Escola Técnica Estadual (ETEC) de Taboão da Serra. Também será conectada a linhas municipais e metropolitanas de ônibus através de um terminal renovado.

Outras estruturas incluem:

- VSE 03: Próximo à Praça Débora de Souza Alexandre, no município de São Paulo.
- VSE 02: Na esquina da Rodovia Régis Bittencourt com a Rua José Soares de Azevedo, em Taboão da Serra.
- VSE 01: Na altura da Rua Yoshiharu Ogawa, no final da linha em Taboão da Serra.
- **Subestação elétrica: na quadra delimitada pelas Rua Getúlio Vargas e Rua José Soares de Azevedo, em Taboão da Serra.**



Figura 1 – Localização da Extensão da Linha 4 – Amarela de metrô – com detalhes do limite dos municípios de São Paulo e Taboão da Serra.
Fonte: PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO: Projeto para expansão da Linha 4 – Amarela até Taboão da Serra: obras civis e sistemas (p. 9)

5.2 Definição das Áreas de Influência

Para a avaliação dos impactos ambientais e sociais, o RAP delimitou três níveis principais de abrangência geográfica. Abaixo, destacam-se apenas os territórios considerados do ponto de vista do meio socioeconômico para cada uma das áreas de influência:

- **Área de Influência Indireta (AII):** Corresponde às porções do território onde ocorrerão alterações de forma difusa e menos previsível. Para o meio socioeconômico inclui as subprefeituras do Butantã e Campo Limpo da cidade de São Paulo, e todo o município de Taboão da Serra.
- **Área de Influência Direta (AID):** Relacionada à porção territorial que poderá sofrer diretamente os efeitos dos impactos ambientais e sociais. Para o meio socioeconômico é definida pelos distritos da Vila Sônia (9,9 km²) e do Campo Limpo (12,8 km²) na cidade de São Paulo, e todo o município de Taboão da Serra (20,3 km²). A inclusão de todo o Taboão da Serra justifica-se pelo intenso movimento pendular de sua população para a capital e a alta demanda de viagens de metrô originadas em todas as zonas do município.
- **Área Diretamente Afetada (ADA):** Contida na AID, compreende as áreas onde o empreendimento será efetivamente implantado. Aqui, inclui o eixo principal do traçado projetado (Vila Sônia/Taboão da Serra), as áreas das estações, dos poços de ventilação/saídas de emergência, dos canteiros de obras e as áreas passíveis de desapropriação. Nesta área, os efeitos do empreendimento serão, em geral, imediatamente percebidos em todas as suas etapas.

Os distritos e bairros potencialmente mais impactados estão localizados dentro da Área Diretamente Afetada (ADA) e da Área de Influência Direta (AID), por esse motivo, para a avaliação relativa aos mais vulneráveis, esta área geográfica será priorizada para fins da presente avaliação.

Para o município de São Paulo, esse recorte territorial corresponde aos distritos de Vila Sônia e Campo Limpo. A região da Vila Sônia é predominantemente residencial, com estabelecimentos comerciais e escritórios de pequeno porte na Avenida Professor Francisco Morato. Para a construção das instalações previstas (estação Chácara do Jockey e o VSE 03) ocorrerão desapropriações na Avenida Professor Francisco Morato e em ruas adjacentes (Rua Ministro Heitor Bastos Tigre, Rua Francisco Marson, Rua Francisco Santoro e Rua Osíris Magalhães de Almeida). Embora a Estação Chácara do Jockey e o VSE 03 não estejam fisicamente no Campo Limpo, o distrito está incluído na AID socioeconômica – estando, parte do seu território dentro do raio de 2 km de distância do local de construção da futura estação.

Em Taboão da Serra ficarão a Estação Taboão da Serra, a subestação elétrica, o VSE 02 e o VSE 01. A extensão da linha, por sua vez, passará pelos bairros Parque Santos Dumont, Parque Assunção e Jardim Maria Rosa. As desapropriações para a construção da estação ocorrerão em um terreno de uma antiga concessionária de veículos, parte de um terreno da prefeitura e áreas comerciais (como um posto de combustíveis e parte de um supermercado) entre as ruas do Tesouro, Pedro Mari, Avenida Armando de Andrade e Avenida Jovina de Carvalho Dau. A subestação elétrica implicará na desapropriação de estabelecimentos comerciais e uma igreja evangélica. O VSE 02 implicará na desapropriação de estabelecimentos comerciais na Rua José Soares de Azevedo com a Rodovia Régis Bittencourt. O VSE 01 será implantado na Rua Yoshiharu Ogawa com a Rua Roberta Simões de Souza.

Os impactos sociais na ADA e AID, especialmente durante a fase de implantação, incluem a geração de ansiedade e insegurança na população devido às transformações e desapropriações,

interrupções temporárias de serviços básicos e readequação do sistema viário. No entanto, a fase de operação trará benefícios positivos significativos, como aumento da mobilidade, qualificação urbanística e geração de empregos.

6 Antecedentes (resultados já obtidos)

O diagnóstico socioambiental apresentado no RAP abrangeu diversas análises sociais focadas nos meios demográfico, econômico, de infraestrutura social e de serviços, e indicadores de qualidade de vida. Na sequência, são retomados alguns dos principais resultados relativos às ADA e à AID, destacando, na sequência, as informações relevantes para os grupos mais vulneráveis.

A análise demográfica indica que, em 2022, a AID contava com cerca de 628 mil habitantes (alta densidade populacional), apresentando crescimento populacional de 11,4% com relação aos dados de 2010. A renda familiar predominante situa-se entre R\$1.908 e R\$3.816. O perfil econômico da região é marcado pela predominância do setor de serviços, responsável pela maior parte dos estabelecimentos e empregos formais, seguido pelo comércio, indústria e construção civil. Em Taboão da Serra, o setor de serviços também se destaca, refletindo a dinâmica econômica local. Na AID como um todo, o setor de serviços é o que mais emprega (54%), seguido por comércio (22,5%), indústria (12,7%) e construção (10,7%).

No que se refere à infraestrutura social, a AID dispõe de ampla rede de educação, saúde e assistência social, embora persistam desafios, como taxas de analfabetismo e desigualdade no acesso a serviços de saúde, especialmente no distrito de Vila Sônia. A região conta ainda com estabelecimentos de segurança pública e uma rede de assistência social voltada à proteção básica. De acordo com dados do RAP, foram identificados 37 estabelecimentos de assistência social nos distritos do Campo Limpo (27) e Vila Sônia (10). Em Taboão da Serra, foram identificadas 9 unidades em 2018, sendo 7 CRAS (Centros de Referência de Assistência Social).

Quanto ao uso e ocupação do solo, predomina o uso residencial horizontal, com concentração de atividades comerciais e de serviços ao longo das principais vias, como a Avenida Professor Francisco Morato e a Rodovia Régis Bittencourt. O uso industrial é mais expressivo em Taboão da Serra. A região mantém significativa cobertura vegetal e áreas verdes, como o Parque Chácara do Jockey, especialmente no entorno do traçado do empreendimento.

O mercado imobiliário local tem apresentado tendência de verticalização e valorização, especialmente nas proximidades das estações de metrô, fenômeno já observado com a implantação da Linha 4 em Vila Sônia. A expectativa é de que a extensão da linha intensifique o adensamento e a valorização imobiliária, sobretudo nas áreas próximas às novas estações.

Em relação ao sistema viário, a região é atendida por importantes vias arteriais e já apresenta intenso fluxo de veículos e transporte coletivo, com congestionamentos frequentes. A implantação do metrô deverá impactar diretamente a circulação, especialmente na ADA, onde estão previstas intervenções viárias e desapropriações, totalizando cerca de 40 mil m² e afetando propriedades residenciais e comerciais. O processo de desapropriação é considerado um impacto negativo, direto e permanente, com potencial para desarticular atividades econômicas e vínculos sociais.

No âmbito arqueológico e histórico, não foram identificados bens tombados na ADA, embora existam bens protegidos na AID que demandam acompanhamento durante as obras, conforme orientação do IPHAN.

A síntese dos impactos socioeconômicos aponta que, nas fases de planejamento e implantação, predominam efeitos negativos, como ansiedade e insegurança da população, interrupções temporárias de serviços e alterações na paisagem urbana, além dos impactos irreversíveis das desapropriações. Por outro lado, a fase de operação tende a gerar benefícios, como aumento da mobilidade, geração de empregos e valorização urbana.

A pesquisa de percepção ambiental (*Relatório de Percepção Ambiental*) sobre a Extensão da Linha 4 – Amarela, feita em complementação aos estudos do RAP, entrevistou 263 pessoas (entre os dias 03 e 05/02/2025), com equilíbrio de gênero entre os respondentes. Constatou-se que 75% já utilizam o metrô e 88% afirmaram que usariam a nova estação, sugerindo aumento potencial de 16,7% de usuários, com destaque para maior adesão entre mulheres, que relataram benefícios diretos em mobilidade e segurança. O projeto é amplamente aprovado: 89,7% se declararam favoráveis (apenas 2,3% contrários). Embora 26% tenham levantado preocupações (impactos ambientais, desapropriações e trânsito), 74% não indicaram receios. Entre os benefícios mais citados estão melhoria no trânsito, acesso ao centro, redução do tempo de deslocamento, valorização imobiliária, geração de empregos e maior qualidade de vida, especialmente relevante para mulheres, que acumulam responsabilidades de cuidado e deslocamentos cotidianos.

Ainda no âmbito dos estudos socioeconômicos, foi desenvolvido por parte do Banco Mundial o estudo *Análise de Acessibilidade para a Extensão da Linha 4 até Taboão da Serra*, que teve parte de seus resultados incorporados à *Pesquisa de Percepção Ambiental*, realizada em fevereiro de 2025 no território. Os achados do referido estudo, focado no entorno imediato do local de construção das futuras estações, indicam que a expansão da Linha 4 do Metrô apresenta impactos positivos relevantes em termos sociais e de acessibilidade.

A análise do entorno das novas estações indica que, em um raio de 1 km, residem mais de 170 mil pessoas, majoritariamente das classes média e alta, com baixa representatividade dos grupos mais vulneráveis. Ampliando para o raio de 2 km, o número de pessoas impactadas ultrapassa 231 mil, mantendo-se a predominância de domicílios de renda média e alta e de mulheres. Observa-se que a proporção de pessoas negras de baixa renda e dos 40% mais pobres da região metropolitana vivendo próximas às estações é bastante reduzida, o que evidencia que a expansão tende a beneficiar principalmente a população branca de maior renda, embora haja aumento absoluto de pessoas de todos os grupos socioeconômicos e raciais nas proximidades das estações.

A avaliação da acessibilidade urbana, baseada na métrica cumulativa de oportunidades acessíveis em diferentes intervalos de tempo por transporte público, demonstrou ganhos expressivos para a população residente até 2 km das novas estações. O acesso a empregos, por exemplo, apresenta aumento médio de 54,5% para deslocamentos de até 60 minutos, especialmente em Vila Sônia e Taboão da Serra, com maior benefício para pessoas de renda média. No total, estima-se um acréscimo de mais de 50% nas oportunidades de emprego acessíveis, o que representa cerca de 540 mil novas vagas, com ganhos semelhantes entre diferentes grupos de gênero e idade.

No acesso à educação, a expansão proporciona um aumento de 26,2% na acessibilidade a vagas no ensino médio em até 60 minutos, com crescimento mais expressivo para grupos de alta renda. O número de vagas acessíveis deve crescer aproximadamente 30%. Quanto às áreas verdes, o acesso a parques e grandes praças também aumenta cerca de 40% para os moradores do entorno das novas estações, novamente com maior impacto para os grupos de renda mais alta.

De modo geral, a expansão da Linha 4 tende a beneficiar de forma mais significativa os grupos de maior renda, especialmente a população branca, tanto em termos de acesso a empregos quanto a escolas e áreas verdes. A participação da classe alta branca entre os beneficiados

supera sua proporção na população total, enquanto a classe baixa negra é menos contemplada em relação à sua presença na força de trabalho. Assim, embora a expansão amplie o acesso a oportunidades para todos os grupos, os ganhos são mais expressivos para os segmentos de renda mais elevada.

6.1 Grupos mais vulneráveis

De acordo com o IPVS de 2010, o município de Taboão da Serra apresentava 8,5% de sua população (aproximadamente 20.675 pessoas) inserida no Grupo 6, que corresponde à vulnerabilidade muito alta, frequentemente associada à presença de aglomerados subnormais. Essa população, contudo, se encontra mais concentrada em regiões distantes do local de implantação da expansão da Linha 04 – Amarela do metrô (ver **Figura 3**). Na subprefeitura do Campo Limpo, observa-se uma distribuição significativa de setores tanto no Grupo 3 (vulnerabilidade baixa) quanto no Grupo 6, destacando-se a presença da comunidade de Paraisópolis, a segunda maior favela de São Paulo, localizada nessa região (ver **Figura 2**).

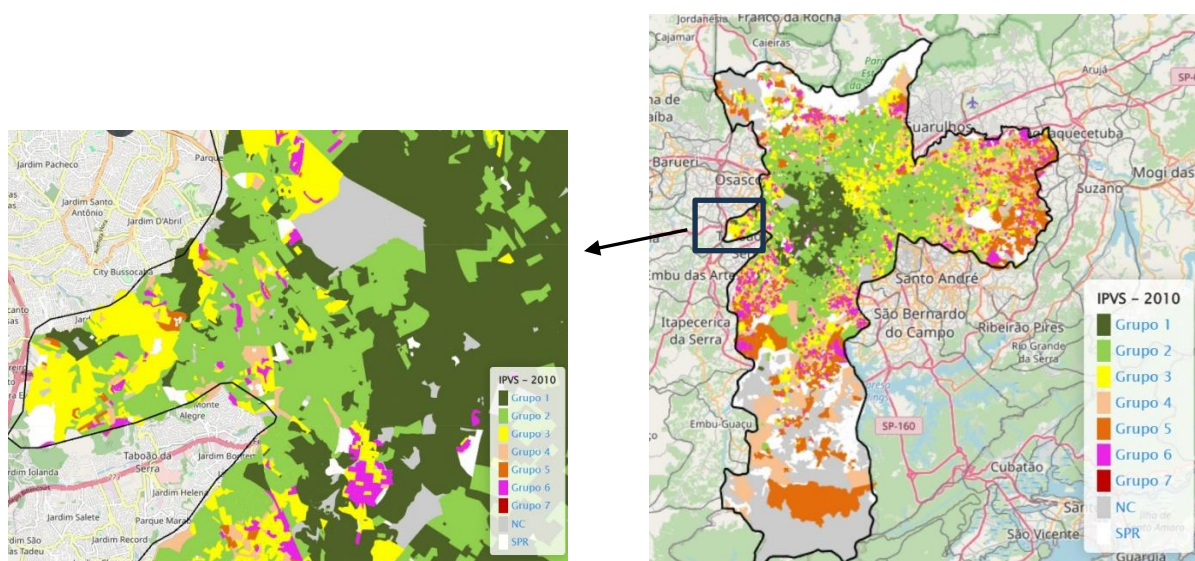


Figura 2 – Representação cartográfica do IPVS do município de São Paulo (à direita), com destaque para parte da região onde a extensão da Linha 4 do Metrô será implantada, que contemplam os distritos de Vila Sônia e Campo Limpo.

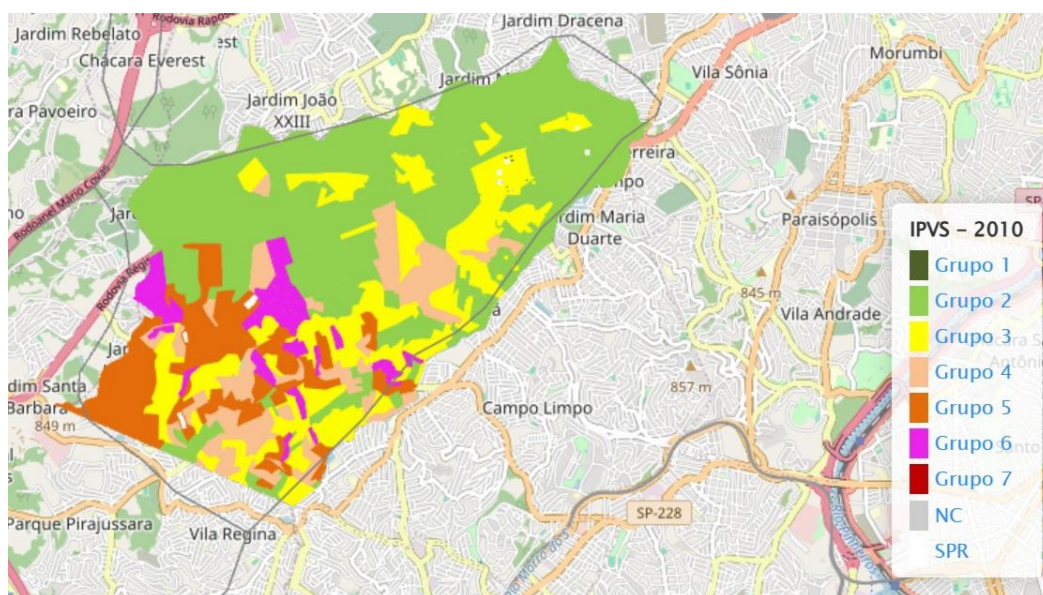


Figura 3 – Representação cartográfica do IPVS do município de Taboão da Serra (extensão da Linha 4 do Metrô se dará na região nordeste do município, próximo ao distrito de Vila Sônia/São Paulo).

No que se refere aos grupos vulneráveis, a necessidade de desapropriação de imóveis residenciais, comerciais e de uso público, representa um impacto negativo relevante, com potencial para provocar a perda de vínculos sociais, desarticulação de famílias e prejuízos econômicos para comerciantes. Esses efeitos são diretos, permanentes e de alta relevância social. Para mitigar tais impactos, estão previstos ações específicas de engajamento e comunicação social e acompanhamento do processo de desapropriação, incluindo o cadastramento das famílias (com identificação de vulnerabilidades), avaliação e indenização justa dos imóveis afetados, mecanismo de atendimento adequado e preparado para receber manifestações sobre o tema e acompanhamento social.

As análises feitas até então também evidenciam a presença de significativa parcela da população em situação de vulnerabilidade social, especialmente em áreas de aglomerados subnormais como Paraisópolis e em setores classificados com alta e muito alta vulnerabilidade pelo IPVS em Taboão da Serra e Campo Limpo. Em 2010, 16,5% dos domicílios de Taboão da Serra possuíam renda per capita de até meio salário mínimo, reforçando o quadro de fragilidade socioeconômica – apesar de a maior parte desse contingente populacional não estar próximo às futuras estações.

No tocante ao acesso à saúde, identificam-se desafios importantes, como a baixa oferta de Unidades Básicas de Saúde (UBS) em distritos como Vila Sônia, que apresenta apenas 0,49 UBS por 20 mil habitantes, abaixo do parâmetro ideal de 1 UBS para esse contingente populacional. Além disso, a expressiva demanda por serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) em comunidades como Paraisópolis evidencia a necessidade de ampliação e qualificação da atenção básica na região.

Apesar da relevância dos dados apresentados, algumas lacunas foram identificadas. A principal limitação refere-se à heterogeneidade dos dados socioeconômicos, uma vez que as informações para o município de São Paulo e para Taboão da Serra foram obtidas de fontes distintas, dificultando a comparação direta, ainda que a base de dados para empregos e renda seja a mesma, a saber, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Além disso, a delimitação da AID não utilizou setores censitários do IBGE devido à defasagem dos dados, já que o último censo então disponível era o de 2010, o que também afeta a atualidade das informações do IPVS. Por

fim, não foram identificados dados específicos sobre a população em situação de rua acolhida em Taboão da Serra, embora haja informações para os distritos de Campo Limpo e Vila Sônia.

A análise baseada no IPVS e em outros indicadores evidencia a existência de bolsões de alta vulnerabilidade social na área de influência do projeto, com destaque para Taboão da Serra (não necessariamente nos entornos da futura estação) e Campo Limpo, e aponta desafios relacionados à desapropriação, acesso à saúde e disponibilidade de dados atualizados e homogêneos para subsidiar o planejamento de ações mitigadoras voltadas para a população mais vulnerável.

7 Metodologia

A fim de aprofundar o conhecimento relativos aos grupos mais vulneráveis que podem ser desproporcionalmente afetados pelo projeto, definiu-se como principal estratégia a ida a campo para o registro de percepção junto aos gestores dos principais equipamentos de assistência social e saúde presentes no território, coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas. Dessa forma, foi possível entender a dinâmica local e as potenciais vulnerabilidades não identificadas por dados secundários com aqueles que atuam com populações mais vulneráveis e marginalizadas nesses territórios.

Levando-se em conta um cruzamento entre a abrangência territorial definida pelas áreas de influência e o raio de aproximadamente 2 km a partir do local de construção das futuras estações, chegou-se aos seguintes equipamentos contemplados (ver **Figura 4**):

- **CRAS Butantã (São Paulo/Distrito Vila Sônia);**
- **AMA/UBS Vila Sônia (São Paulo/Distrito Vila Sônia);**
- **UBS Jardim Jaqueline (São Paulo/Distrito Vila Sônia);**
- **UBS Jardim Colombo (São Paulo/Distrito Campo Limpo);**
- **CRAS Monte Alegre (Taboão da Serra);**
- **CRAS Vila Sônia (Taboão da Serra);**
- **UBS Dra. Maria José de Albuquerque (Taboão da Serra).**

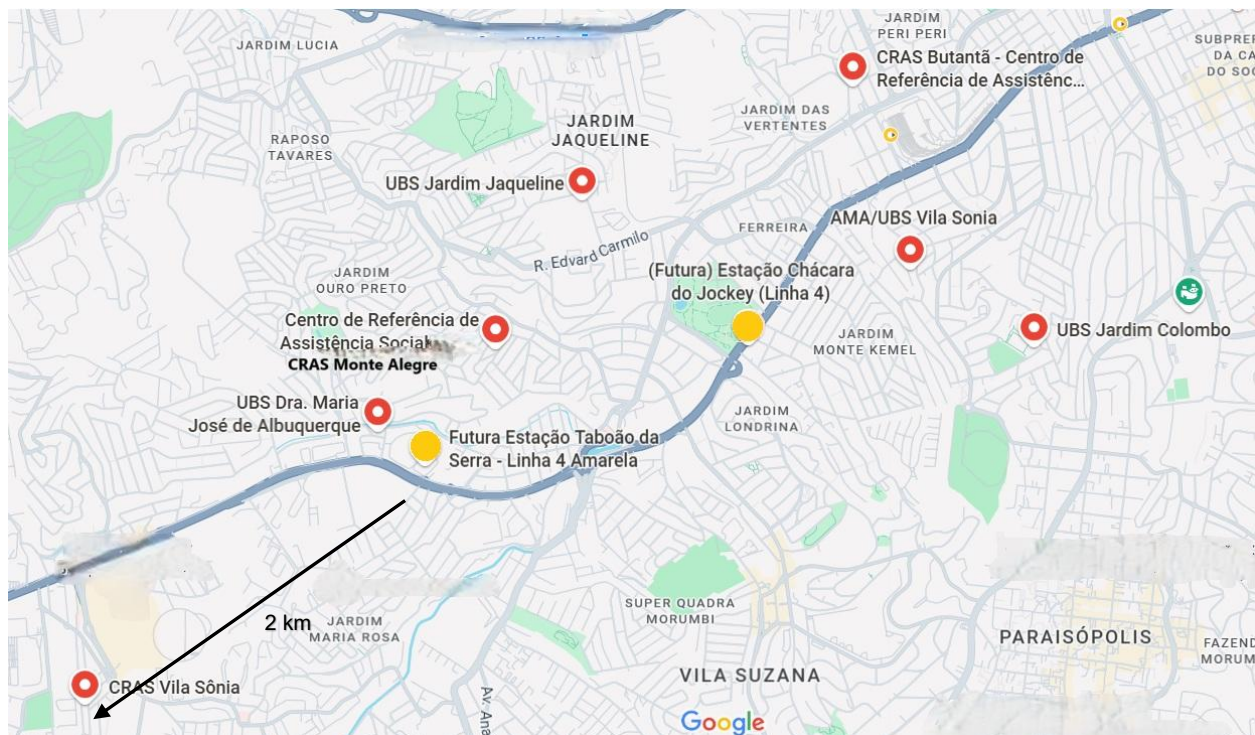


Figura 4 – Imagem do Google Maps, com indicação dos equipamentos contemplados na pesquisa (detalhe para a maior distância – 2 Km – entre uma das estações e os equipamentos considerados)

Com esse mapeamento em mãos foram realizadas visitas aos equipamentos mencionados entre os dias 06 e 08 de agosto de 2025² (ver registro fotográfico abaixo, em imagens registradas pelo autor). Nessas ocasiões o consultor foi recebido pelas gerentes/diretoras das unidades a fim de que suas impressões e conhecimentos acerca das principais vulnerabilidades do território fossem apresentadas. Os entrevistados também foram perguntados sobre os principais impactos previstos sobre esses públicos e se havia a percepção de que algum grupo vulnerável pudesse ser desproporcionalmente afetado. Foram registradas ainda sugestões sobre medidas adicionais a serem eventualmente consideradas (tanto para minimizar os eventuais impactos quanto para potencializar os benefícios proporcionados pelo projeto).



² As gestoras do CRAS Monte Alegre e do CRAS Vila Sônia, em Taboão da Serra, se reuniram para receberem o pesquisador neste último equipamento.

Foto 01: UBS Jardim Jaqueline



Foto 02: UBS Dra. José Maria de Albuquerque (Taboão da Serra)



Foto 03: AMA/UBS Vila Sônia



Foto 4: CRAS Vila Sônia (Taboão da Serra)



Foto 5: CRAS Butantã

Foto 6: UBS Jardim Colombo

8 Resultados

As entrevistas realizadas com representantes de diferentes equipamentos públicos, incluindo CRAS e UBS, permitiram identificar um panorama abrangente sobre os grupos mais vulneráveis do território, os potenciais impactos da implantação das novas estações na Linha 4 – Amarela do Metrô e o registro de medidas necessárias e recomendações para garantir que esses grupos não sejam desproporcionalmente afetados e que não enfrentem obstáculos adicionais para compartilhar dos benefícios do projeto.

De uma forma geral, ficou registrado que grande parte do território contemplado não apresenta grandes índices de vulnerabilidade social, sendo majoritariamente compostos por uma população de renda média – o que confirma os dados dos estudos anteriores, já referenciados. Mesmo nos bairros em que há a presença de famílias de renda mais baixa, os bolsões de vulnerabilidade, sobretudo socioeconômica, estão mais diretamente associados a pequenas porções do território, no qual se encontram comunidades ou aglomerados urbanos subnormais (normalmente de proporções territoriais menores, nesses casos).

No âmbito das UBS, observou-se que as populações mais vulneráveis tendem a se concentrar em áreas de maior fragilidade socioeconômica, como as comunidades Jaqueline, Intercontinental (ou Gelo) e Comunidade da Vertente, além de Jardim Colombo, Labirinto e Porto Pinheiral. Na área de abrangência das UBS Vila Sônia e Jardim Jaqueline, localizadas no distrito Vila Sônia, no município de São Paulo, foram citadas pelo menos oito comunidades ou favelas. Já para o território da UBS Dra. Maria José de Albuquerque (Taboão da Serra), não foram mencionadas comunidades dentro da área de cobertura, embora existam equipamentos de atenção a grupos vulneráveis em seu território de abrangência, como a Casa do Adolescente, a Casa de Acolhimento (que atende idosos e pacientes com condições psiquiátricas) e o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA). Para esses grupos já existe um fluxo diferenciado de atendimento, garantindo que sua atenção não seja prejudicada em função de dinâmicas externas. Foi reforçado também o papel fundamental desempenhado pelas UBS como local de encaminhamento para serviços de assistência social, especialmente para os idosos, que frequentemente não recebem em seus ambientes familiares a condição necessária para os cuidados domiciliares e apoio para adesão a tratamentos (situação que fica evidenciada/identificada nos atendimentos prestados pela UBS a esses pacientes).



Imagem 1 – Comunidade Jaqueline, mencionada durante as entrevistas, localizada próxima à UBS Jardim Jaqueline (imagem registrada pelo autor).

O perfil do público atendido pelas UBS e CRAS dessas regiões inclui um conjunto amplo de grupos, como crianças, jovens adultos, idosos (chegando a representar até 60% dos atendimentos em algumas unidades), pessoas com deficiência, indivíduos com problemas de saúde mental, gestantes, mulheres vítimas de violência doméstica e pacientes com doenças crônicas, com destaque para a incidência de tuberculose acima do recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em determinados territórios. Os idosos, por sua vez, foi o grupo mais mencionado como sendo o principal público atendido, seja em UBS's ou nos diferentes CRAS. Em alguns casos, foi identificada a chamada "vulnerabilidade camuflada", principalmente no distrito de Vila Sônia, ou seja, famílias que aparentam boa condição material (como casas próprias e de bom

padrão construtivo), mas que, após a pandemia, sobretudo, muitas vezes em decorrência de perda de trabalho e renda, passaram a conviver com dificuldades econômicas, perdendo, por exemplo, acesso a planos privados de saúde e passando a depender exclusivamente do SUS.

Apesar de nos dados oficiais mais recentes a população em situação de rua não ser destacada como grupo relevante nos distritos e territórios analisados³, nas entrevistas realizadas foi mencionado que esse é um público que vem aumentando na região – no caso de Taboão da Serra, isso inclui andarilhos que chegam de outras regiões de São Paulo para atualização do CadÚnico na cidade. Não há, contudo, a percepção de que essa seja uma preocupação prioritária para as ações desses equipamentos que ali atuam.

Do ponto de vista das gestoras dos equipamentos que foram consultadas não foram identificados grupos vulneráveis que possam ser desproporcionalmente afetados em função do projeto (seja obras ou operação). Assim, pode-se concluir que os efeitos decorrentes dos impactos negativos mencionados deverão ser sentidos pela população em geral que conviverão com eles. Foram citados, principalmente, eventuais incômodos referentes às alterações no tráfego e desvios de trânsito durante a etapa de obras.

Há, sim, porém, uma preocupação com relação à valorização imobiliária na região, com consequente aumento do valor cobrado pelos aluguéis (criando obstáculos para permanência no território de famílias ou indivíduos de renda mais baixa). A expansão imobiliária, estimulada de maneira indireta pela implantação das novas estações do metrô, também é associada ao crescimento populacional local, gerando, por exemplo, maior pressão sobre os serviços públicos, especialmente de saúde. Essa pressão já foi sentida no passado: após a inauguração da estação Vila Sônia, registrou-se aumento de aproximadamente 30% nos atendimentos da UBS homônima, conforme reportado pela gerente da unidade. Portanto, apesar de não ser um impacto direto do projeto, tal situação tem o potencial de afetar a dinâmica urbana da região como um todo, podendo, potencialmente, impactar de maneira mais significativa grupos mais economicamente vulneráveis do território.

Por outro lado, os entrevistados apontaram benefícios significativos relacionados à melhoria do acesso e da mobilidade, tanto para moradores e usuários dos equipamentos quanto para profissionais dos serviços públicos. No caso de Taboão da Serra, foi reforçado que a proximidade com as novas estações deve facilitar deslocamentos para realização de tratamentos de saúde em São Paulo (daqueles pacientes que são encaminhados para tratamento nas unidades de saúde paulistanas quando o município de Taboão da Serra não pode ofertar a atenção necessária), que terão custos e tempos reduzidos. Ainda sobre esse aspecto, foi mencionada a possibilidade de que com a redução dos tempos de deslocamento haja uma diminuição de faltas e atrasos de trabalhadores das unidades, e, como benefício direto para os pacientes, espera-se que eles tenham menos dificuldades para chegar às consultas e mais facilidade para dar continuidade a tratamentos que dependam de visitas presenciais às unidades (esses casos dizem respeito aos pacientes que vivem próximo às UBS, mas trabalham em regiões mais centrais de São Paulo – logo, dependem de voltar do expediente para as proximidades do seu local de moradia, onde estão os equipamentos, antes que estes fechem). Também foi mencionado de maneira recorrente o potencial de geração de empregos para a população mais vulnerável durante a fase de obras, em especial, e a expectativa de melhoria no trânsito após a conclusão das obras.

³ No documento “Ranking 2022: Priorização dos distritos para a Política de Assistência Social da Cidade de São Paulo”, publicado pela Coordenação do Observatório da Vigilância Socioassistencial (COVS)/Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) em dezembro de 2023, com dados relativos ao ano de 2022, os distritos de Campo Limpo e Vila Sônia aparecem, respectivamente, nas posições 57 e 90 (em um universo de 96 distritos considerados).

Para mitigar impactos negativos que possam afetar os grupos mais vulneráveis foram mencionadas, sobretudo, medidas de comunicação e engajamento junto a esses equipamentos e suas equipes que atuam no território; uma vez que já possuem amplo conhecimento da realidade local e, ao mesmo tempo, representam uma referência para as populações que ali vivem. Algumas ações citadas foram o fortalecimento do fluxo de encaminhamento da população em situação de rua para serviços especializados (mapeando e identificando de maneira precisa, e com apoio dos serviços especializados, as melhores orientações e encaminhamentos a serem adotados); e parcerias prévias com a rede socioassistencial e órgãos especializados dos territórios, como o Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) e as Supervisões de Assistência Social (SAS), para atuação preventiva junto a grupos vulneráveis e pessoas em situação de rua, por exemplo. Também se destacou a importância de sinalização e comunicação adequadas sobre alterações viárias durante as obras, garantindo o menor impacto possível no acesso da população aos equipamentos de saúde e assistência.

Para potencializar a contratação de mão de obra local, ampliando e aumentando a efetividade da divulgação de vagas para o público mais vulnerável, assim como buscando a intermediação e o encaminhamento de perfis mais adequados, foi sugerida uma articulação entre as equipes das contratadas e da concessionária e os CRAS, CREAS, assim como com o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE) dos territórios.

Em termos de instrumentos e fóruns já existentes para a implementação das atividades no campo da comunicação e engajamento comunitário mencionadas, as gestoras das UBS indicaram os Conselhos Gestores — compostos por representantes de usuários (50%), trabalhadores (25%) e gestores (25%) — e os murais informativos das unidades, que podem servir para a aproximação entre o empreendimento e a comunidade em geral, inclusive lideranças comunitárias, e para a difusão de informações relevantes.

9 Conclusões e Recomendações

A avaliação realizada permitiu identificar que, embora a maior parte do território considerado nesta análise seja composta por população de renda média, existem núcleos de alta vulnerabilidade socioeconômica, especialmente em comunidades e/ou favelas, além de setores de Taboão da Serra e Campo Limpo classificados pelo IPVS com alta ou muito alta vulnerabilidade. Entre os grupos mais vulneráveis identificados, não necessariamente mapeados dentro desse contexto das comunidades, estão os idosos (frequentemente beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC, com fragilidade financeira e, em muitos casos, vivendo sozinhos). Também se observou o fenômeno de “vulnerabilidade camuflada”, em que famílias com boa condição habitacional aparente vivem dificuldades econômicas recentes, muitas vezes em decorrência da perda de trabalho e renda pós-pandemia.

Para assegurar que os benefícios alcancem também os grupos mais vulneráveis e que os impactos negativos sejam mitigados de forma adequada, recomenda-se que as ações específicas para esse público sejam incorporadas como medidas adicionais aos instrumentos de gestão social já previstos para o projeto, notadamente o Plano de Comunicação Social e Engajamento com Partes Interessadas e o Plano de Ação de Reassentamento (PAR).

No caso do PAR, como já mencionado, o atendimento aos grupos mais vulneráveis ficou registrado como um compromisso a ser cumprido durante o processo de desapropriação e reassentamento involuntário, necessários para viabilização das obras. Nesses casos, o atendimento caberá à Concessionária, com suporte especializado e supervisão do poder concedente, e incluiu medidas adicionais ajustadas às necessidades dos públicos identificados, como canais de queixas aptos a receber e responder manifestações sobre o tema,

acompanhamento social e ofertas de compensação que permitam que os afetados no mínimo reestabeleçam seus modos de vida. Esse arranjo busca assegurar que os grupos mais vulneráveis ou desfavorecidos não apenas recebam apoio no processo de reassentamento, mas também tenham condições de manter ou melhorar seu bem-estar e meios de subsistência após a intervenção.

Entre as demais medidas propostas, inclui-se o fortalecimento da comunicação e do engajamento comunitário por meio de canais já consolidados no território, como Conselhos Gestores das UBS, a utilização dos murais informativos dos equipamentos de saúde e da rede socioassistencial mapeada, com linguagem acessível e formatos diversificados, de forma a atingir idosos, pessoas com deficiência e famílias com baixa escolaridade, por exemplo.

Outro ponto central é a integração com a rede socioassistencial. A articulação entre as equipes do projeto, os CRAS, CREAS, SEAS, SAS e demais órgãos deve permitir o planejamento conjunto e o encaminhamento adequado de demandas, com atenção especial à população em situação de rua (caso seja identificada durante as atividades do projeto) e aos idosos que vivem sozinhos. No campo das oportunidades de geração de emprego, recomenda-se o fortalecimento de parcerias com o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE) e outros equipamentos para mapear perfis e divulgar vagas priorizando grupos vulneráveis, acompanhando indicadores de contratação local para ajustes estratégicos.

No que se refere à mobilidade durante as obras, será fundamental implementar sinalização viária clara e rotas alternativas para garantir o acesso aos equipamentos essenciais. Em casos específicos, como bloqueios prolongados (se acontecerem), pode ser necessário prever a oferta de transporte complementar para pacientes idosos ou com mobilidade reduzida.

Todas as recomendações a partir da presente avaliação acima mencionadas foram incorporadas no Plano de Comunicação Social e Engajamento com Partes Interessadas e deverão ser implementadas durante todo o ciclo de vida do projeto.

A adoção coordenada dessas medidas, aliada a uma comunicação transparente e a uma atuação integrada entre os diferentes atores institucionais, é essencial para reduzir os impactos adversos, ampliar a participação social e garantir que os benefícios do empreendimento sejam distribuídos de forma equitativa, alcançando efetivamente os segmentos mais vulneráveis da população.